

COLETIVO EDUCADOR PARA O TERRITÓRIO PORTAL DA AMAZÔNIA: CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

COLLECTIVE EDUCATOR FOR THE TERRITORY OF AMAZONAS PORTAL: CONSTRUCTION AND DEVELOPMENT OF ENVIRONMENTAL EDUCATION

*RIBEIRO, Luiz Fernando Caldeira*¹

*CAMHLUTTI, Marília*²

*TISO, Marcos Roberto*³

RESUMO

A Educação Ambiental deve ser permanente, participativa e continuada. Para que isso ocorra se faz necessária a união de instituições públicas e privadas na formação de educadores ambientais populares. O Programa Coletivo Educador consiste no fortalecimento desse processo através das atividades socioambientais de caráter pedagógico. Na metodologia do Programa foram adotadas três metas, sendo elas: a realização de articulação, seleção e implantação de quatro núcleos; formação inicial de 160 educandos através de módulos e intervenções educacionais e por último o fortalecimento e novas parcerias para o processo de formação continuada de educadores ambientais. Após três anos de projetos foram constituídos 4 microterritórios, formados 107 coletivos educadores ambientais e a implementação de 38 projetos de intervenção ambiental. A Educação ambiental no Portal da Amazônia teve suas bases lançadas e deve continuar sua construção de forma dinâmica e continuada buscando a conscientização e transformação individual e coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educador Popular Ambiental, Atividades socioambientais, Pesquisa-Ação-Participante, Projetos de Intervenção

ABSTRACT

Environmental education should be permanent, participatory and continuous. To achieve this, it is necessary the union between public and private institutions in order to train popular environmental educators. The Collective Educator Program aims at strengthening this process through environmental pedagogical activities. The program established three goals: carrying out articulation, selection and implementation of four cores; initial training of 160 students through modules and education intervention; and strengthening and implementing new partnerships to the continuous education of environmental educators. After three years, it set 4 micro-territories, trained 107 collective environmental educators and implemented 25 environmental intervention projects. The Environmental Education in Amazonas Portal laid its foundations and should continue its construction in a dynamic and continuous way, seeking awareness and individual and collective transformation.

KEYWORDS - Popular Environmental Educator; Environmental Activities, Action Research-Participant; Intervention Projects.

1 Universidade do Estado de Mato Grosso, Doutor, Professor Adjunto do Departamento de Agronomia. e-mail: luizribeiro@unemat.br

2 Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável, Especialista, Consultora. e-mail: marilia@institutofloresta.org.br

3 Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável, Especialista, Consultor. e-mail: marcotiso@institutofloresta.org.br

Introdução

A colonização da região norte do estado de Mato Grosso iniciou-se na década de 70 e foi realizada por colonizadoras particulares e pelo Governo Federal. O norte mato-grossense é parte integrante do arco do desflorestamento da floresta Amazônica, situada na área de influência da BR 163, e nos dez primeiros anos da ocupação da região a agricultura era a base da economia. Até que no início da década de 80 iniciou-se a exploração de ouro, que resulta em uma migração das atividades agrícolas para a atividade garimpeira, deixando de lado a proposta das colonizadoras da região, dedicando-se à busca de retorno financeiro e melhoria da qualidade de vida em um curto espaço de tempo.

O movimento pela busca do ouro tomou conta dos municípios de Peixoto de Azevedo, Matupá, Apiacás, Paranaíta e Alta Floresta, resultando em uma alta taxa de emigração de outras regiões do país e tendo como consequência um aumento da atividade comercial na região. Dessa forma, ocorreu uma inversão de papéis no processo de colonização, pois os colonos foram menos valorizados pelo comércio do que os garimpeiros, devido a maior movimentação financeira, sendo o ouro na maioria das vezes a moeda corrente no comércio local.

No final na década de 80 e início da década de 90 inicia-se o declínio da extração aurífera na região, resultado em uma estagnação da economia local e um esvaziamento demográfico, pois colonos-garimpeiros ou garimpeiros-colonos retornaram para suas cidades natais. O fim do ciclo do ouro resultou em problemas ambientais gerado no processo da garimpagem como, por exemplo, a degradação dos solos que inviabilizou o manejo, tornando-os impróprios para o cultivo de culturas rentáveis. Uma alternativa encontrada para essa degradação foi a adoção de pecuária extensiva, que consiste em uma atividade desenvolvida em grandes extensões de terras, geralmente sem grandes aplicações de recursos tecnológicos, investimentos financeiro e responsável por 70% da degradação progressiva do bioma Amazônico.

Atualmente a região retomou ao seu projeto original da agricultura, tentando criar políticas agrícolas e aos poucos retomar seu desenvolvimento aliado a extração de madeira e a agropecuária que são as duas atividades econômicas pujante na região. No entanto, ambas as atividades trazem em suas práticas transtornos no que diz respeito à degradação ambiental, sendo atualmente os desmatamentos e as queimadas os maiores problemas ambiental.

O desmatamento e o fogo são assuntos que estão intrínsecos um ao outro, dificilmente são abordados separadamente, pois suas histórias e realidades estão muito ligadas. Essa combinação traz sérios danos à natureza, causando problemas ambientais e desequilibrando o bioma amazônico regional.

Diante desta realidade predominante na região Norte do Estado de Mato Grosso, foi criado o Território Portal da Amazônia, composto por 17 (dezesete) municípios, com uma política do governo federal de mapear áreas prioritárias e através do conceito territorial buscar implantar políticas e programas governamentais que apoiem o desenvolvimento regional sustentável. Nesse processo, o Coletivo Educador chega com uma proposta de trabalhar ações de educação ambiental do Território Portal da Amazônia, fortalecendo o diálogo e as parcerias e potencializando recursos humanos e materiais com o objetivo de implantar um Programa de Educação Ambiental de forma articulada, continuada e permanente.

O desafio de construir uma sociedade brasileira e mato-grossense educada e educando ambientalmente para a sustentabilidade envolve a promoção de mudanças que percolem o cotidiano de todos os indivíduos e instituições.

Nesse sentido, a concepção pedagógica da Educação Ambiental objetiva a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental, potencializando as ações da educação para as necessárias e inadiáveis mudanças culturais e sociais de transição societária em direção à sustentabilidade. (NEGREIROS, 2010).

A educação ambiental, em específico, o educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita. Nesse sentido, pode-se resgatar o pensamento de Edgar Morin, que vislumbra para o terceiro milênio a esperança da criação da cidadania terrestre. Para Santos (1999), a política de educação ambiental desenvolvida no Brasil apresenta-se aliada aos processos que promovem uma “sociologia das emergências”.

A Educação Ambiental no Brasil é regulada pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) instituída pela lei nº 9795, de abril de 1999, que definiu os seus princípios básicos o enfoque democrático e participativo, a concepção de ambiente em sua totalidade e a garantia de continuidade e permanência do processo educativo. Segundo Sorrentino et al (2005),

A abordagem do Programa Nacional de Educação Ambiental reitera um entendimento, historicamente construído, dos desafios desta como processo dialético de transformação social e cultural, considerando a sociedade civil como sede da superestrutura, ou seja, é em seu âmbito que nasce a ideia de uma nova ordem e de novos valores que implicam uma nova estrutura, um novo Estado.

Com base na PNEA foi elaborado o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), que tem por missão contribuir com a construção de sociedades sustentáveis em todo Brasil. Este programa tem como objetivo a geração e o estímulo a uma dinâmica integrada dos processos nacionais de Educação Ambiental e orientação das ações da sociedade e do governo.

Pautada nos princípios contidos na PNEA e no ProNEA, a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) elaborou o Programa Nacional de Formação de Educadores(as) Ambientais com a proposta de qualificar as políticas públicas federais de Educação Ambiental para que estas exijam menos intervenções diretas e mais apoio supletivo às reflexões e ações autogeridas regionalmente, no sentido de desenvolver uma dinâmica nacional contínua e sustentável de processos de formação de educadores(as) ambientais a partir de diferentes contextos (NEGREIROS et al, 2010).

O Coletivo Educador é um processo de Educação Ambiental que visa formar educadoras (es) ambientais e não simples e prescritas pessoas “ambientalmente educadas”. O objetivo não é adequar o comportamento das (os) educandas (os) a um padrão pré-existente definido externamente como sendo ambiental ou politicamente correto.

O conteúdo das mudanças de procedimento, atitude, comportamento, opção política, escolhas enquanto consumidor e produtor, as modificações tecnológicas, deve ser definido com ou a partir das (os) educandas (os), imersos em seu contexto cultural, político, ambiental. A relação educador(a)/educanda(o) é um encontro de saberes, um diálogo democrático sobre a realidade vivida, não há saberes mais importantes, não há hierarquia de conhecimentos.

Esta concepção libertária de educação emana de Paulo Freire, da Educação Popular, das práticas educacionais dos Movimentos Sociais e de outros educadores e teorias sociais e do ambientalismo, seu fundamento político é a Democracia Radical que reconhece que cada ser humano detém o direito à participação, à definição do futuro e à construção da sua realidade e o desafio para esta educação passa pela emancipação de dominados e dominadores, explorados e exploradores. (XENES et al, 2009).

O coletivo educador é a união de pessoas que trazem o apoio de suas instituições para um processo de atuação educacional em um território. Deve se constituir como uma Comunidade Aprendente (BRANDÃO, 1981), uma Comunidade Interpretativa (AVANZI e MALAGODI, 2005), um grupo de Pesquisa-Ação-Participante-PAP (VIEZZER, 2005), um grupo de Pessoas que Aprendem Participando-PAP (SORRENTINO, 2005), forjando-se como uma Comunidade de Destino (BOSI, 1995) de Vida e de Sentido (MORAIS, 2005), uma Comunidade Afetiva (HALBWACHS, 1990), um lugar/momento para os “bons encontros” (no sentido Espinosano dos encontros que ampliam nossa potência de ação), enfim um grupo no qual educadores se articulam pessoal e profissionalmente.

Para que ocorra esse Encontro (no sentido Buberiano do encontro humanizador) para a Práxis (no sentido Gramsciano, da ação-reflexão dialética na realidade histórica) e pensando “que bom”, é o próprio destino buscado acontecendo aqui e agora. Para Levy (1998),

Esta é uma dimensão de transcendência que remete à reflexão sobre o Coletivo Educador e aos conceitos de Comunidade de Destino, Comunidade Afetiva, Comunidade de Vida, ao espaço do Encontro, da Alteridade, da Potência de Ação. São espaços da “tecédura do coletivo nômade” e “da engenharia do laço social”, nos quais predomina a “hospitalidade”, a “capacidade de ser” e o “aumento da potência”.

Em síntese, para Ferraro (2005),

o Coletivo Educador consiste na união de pessoas ou um grupo de profissionais que se aproximam para superar lacunas e dificuldades e potencializar as qualidades e capacidades de cada instituição, de cada pessoa, para possibilitar processos de Educação Ambiental permanentes, articulados, continuados e voltados à totalidade de habitantes de um determinado território.

O Projeto “Coletivos Educadores para o Território Portal da Amazônia” consiste na harmonização de interesses entre as instituições ofertantes e demandantes de processos formativos em Educação Ambiental que contribuam na criação de sociedades sustentáveis.

Os complexos diálogos, que a Extensão Rural e a Educação Ambiental brasileira promovem, se envolvem, tecendo laços entre as relações entre humanos, natureza e nas relações sociais, para a criação de processos autônomos que visem a construção de uma conscientização individual e coletiva em favor da sustentabilidade das sociedades, onde desenvolvimento é uma decorrência.

Os princípios que balizam as atividades de Extensão visando a criação de sociedades sustentáveis ensejam a sensibilização afetiva e a compreensão cognitiva da complexidade ambiental, estimulando um saber ambiental e fortalecendo a potência de ação nos diversificados atores e grupos sociais que trabalham na perspectiva da criação de um futuro sustentável.

O projeto consiste na potencialização de processos de formação de educadoras e educadores ambientais, por intermédio do estabelecimento de articulações entre instituições que atuam com atividades socioambientais de caráter pedagógico.

O desenvolvimento territorial sustentável tendo como prioridade a intervenção por meio da educação ambiental foi a problemática abordada do Programa. Através da formação dos Coletivos Educadores, buscam-se capacitar atores de diversos segmentos sociais dos municípios visando à formação de Educadores Ambientais Populares que

estarão intervindo de forma incisiva em suas realidades locais, objetivando a mudança de hábitos e atitudes frente à utilização dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida, pensando nas presentes e futuras gerações.

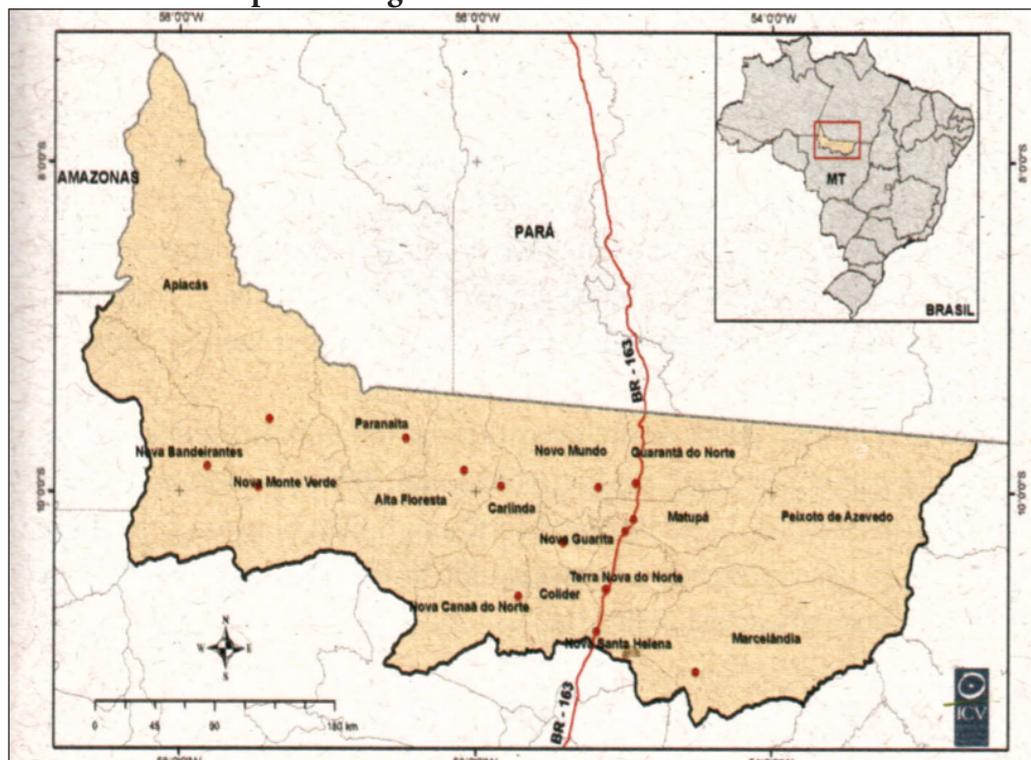
O Programa teve como objetivos a mobilização das diversas instituições existentes nos municípios da área de abrangência do projeto para formar o Coletivo Educador do Portal da Amazônia; a formação de Educadores Ambientais, para intervenção em sua comunidade local e a socialização do processo de formação de educadores ambientais, visa à troca de experiências e, por fim, a sustentabilidade socioambiental dos municípios do Território Portal da Amazônia.

Metodologia

O Coletivo Educador tem o papel de atuar em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e diversidade de habitantes do Portal da Amazônia Meridional, que compreende uma área correspondente de 109.438,76 Km² e uma população de 237.220 habitantes.

Para atender as demandas das Metas e atividades do Projeto Coletivos Educadores, em janeiro de 2007, o território foi dividido em 04 (quatro) microterritórios constituindo os Núcleos de Formação, sendo eles: **Núcleo de Formação de Alta Floresta:** Alta Floresta, Carlinda, Nova Canaã do Norte e Paranaíta; **Núcleo de Formação de Colíder:** Colíder, Marcelândia, Nova Guarita, Nova Santa Helena e Terra Nova do Norte; **Núcleo de Formação de Guarantã do Norte:** Guarantã do Norte, Matupá, Novo Mundo e Peixoto de Azevedo; **Núcleo de Formação de Nova Monte Verde:** Apiacás, Nova Monte Verde e Nova Bandeirantes (Figura 01).

Figura 1. Mapa do Território Portal da Amazônia, composto por 16 municípios da Região Norte do Estado de Mato Grosso.



Fonte: Instituto Centro de Vida – ICV, 2009

Para a formação dos Educadores Ambientais Populares o processo foi estruturado na metodologia da pesquisa-ação-participante (PAP)⁴, podendo-se adotar simultaneamente a terminologia “pessoas que aprendem participando”. O PAP seguiu a metodologia da arquitetura de capilaridade composto de 4 níveis hierárquicos, sendo compostos pelo PAP 1 formado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério de Educação (MEC), que constituem os órgãos gestores. O PAP 2 foi composto por instituições que atuam com processos formativos e que juntas planejam, implementam e avaliam processos continuados de formação de educadores ambientais populares.

No Coletivo Educador Portal da Amazônia o PAP 2 foi constituído pela Universidade, Prefeituras, por meio das Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e Educação, escolas estaduais e municipais, instituições públicas, movimentos sociais, organizações não governamentais, associações, sindicatos entre outras. O PAP 3 foi formado pelos grupos de educandos (as) de várias instituições que atuam em processos formativos no campo da Educação Ambiental, Educação Popular e da Mobilização Social.

O PAP 3 teve como ação a formação do PAP 4, que será um agente local de sustentabilidade, um animador socioambiental que na medida em que provoca, age e intervém em determinado contexto socioambiental na perspectiva da construção da sustentabilidade de seu território. São os atores do PAP 4 as donas de casa, pescadores, agricultores, professores, estudantes, vendedores, etc.

No processo de implementação do Coletivo Educador foram adotadas três metas. A meta 1 constituiu na articulação, mobilização e planejamento das ações do Coletivo Educador. Estabelecida a meta 1, foi colocada em ação a meta 2 objetivando a formação e capacitação dos agentes ambientais e posteriormente a realização da avaliação participativa e planejamento da continuidade e ampliação do projeto na meta 3.

No período de janeiro de 2007 a dezembro de 2008 foram realizadas as atividades da meta 1, que consistiam em reuniões de articulação efetiva, bem como articulações nos microterritórios, oficinas para a ampliação do coletivo educador, articulação político-institucional, aprofundamento e debate nos microterritórios para subsidiar a elaboração do Projeto Político Pedagógico, na elaboração da proposta de formação, divulgação da proposta para vários segmentos sociais e seleção dos educandos.

O Programa de Formação de Educadores Ambientais (PFEA) implementado na meta 2 foi realizado entre janeiro de 2009 a setembro de 2010 e constituiu-se na formação de educadores ambientais através de educomunicações socioambientais, educação por meio de estruturas educadoras e em foros. Na implementação reflexiva do PFEA foram realizadas visitas de acompanhamento nos microterritórios e visando o fortalecimento e articulação de foros e coletivos, municipais e regionais pertinentes às questões socioambientais.

As atividades do PAP 3 foram desenvolvidas através de duas ações: a construção do cardápio de formação⁵ e o desenvolvimento de intervenções educacionais ou ações locais.

O cardápio de formação foi construído a partir dos projetos e ações que já eram desenvolvidas pelas instituições parceiras do coletivo, observando as peculiaridades dos públicos com a valorização das experiências e o potencial da cada microterritório. Cada

4 Pesquisa-ação-participante é a proposta central para o planejamento, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico desenvolvido pelos Coletivos Educadores através de procedimentos democráticos e participativos.

5 Cardápio de formação é um conjunto de conteúdos e processos formativos na Educação Ambiental que são escolhidos para compor o currículo do grupo de educandos, de acordo com as suas necessidades reais de enfrentamento das questões socioambientais.

núcleo de formação desenvolveu um cardápio de aprendizagem, sendo dividido em sete módulos (pratos) com duração mínima de dezesseis horas por módulo e um intervalo de dois meses. Foram realizados encontros mensais, com a carga horária de oito horas em cada município.

Ao decorrer dos módulos de formação, os educandos desenvolvem intervenções educacionais orientadas e planejadas a partir da ação e reflexão crítica, buscando formas de transformação da realidade rumo à sustentabilidade socioambiental. As ações desenvolvidas pelo Programa de Formação do Coletivo Educador para o Território Portal da Amazônia foram orientadas para o trabalho em parceria, buscando na autogestão comunitária de forma descentralizada por meio da aprendizagem continuada com ação e reflexão, construindo comunidades fortes e unida em seus propósitos.

Trabalhou-se com os municípios envolvidos o desenvolvimento de uma arquitetura de capilaridade que pudesse contribuir com a redução dos impactos ambientais, proporcionando à comunidade uma melhor qualidade de vida. O propósito do trabalho não foi criar novas estruturas, mas potencializar as já existentes através do diálogo de saberes.

A terceira meta teve como escopo avaliar o processo e planejar a continuidade e ampliação do Coletivo. As ações para realização desta meta consistiram em oficinas de avaliação, seminários locais, articulação com novas parcerias, reafirmação de parcerias antigas e replanejamento do Coletivo Educador. As avaliações foram realizadas no período de Outubro a 2010 a Dezembro a 2010.

Resultados e Discussão

Na meta 01 foi constituído o Conselho Gestor do Projeto para o planejamento e acompanhamento das atividades do projeto e composto pelas seguintes instituições: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável (IFPDS), Prefeitura Municipal de Alta Floresta através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer e Sociedade Civil para o Desenvolvimento Sócio Ambiental e Cultural (Sociedade Formigas).

No mês de março de 2007, o Conselho promoveu a realização do Seminário para a Apresentação do Projeto, que contou com a participação dos secretários municipais de educação, de agricultura e meio ambiente e outras instituições dos 16 (dezesseis) municípios do Território Portal da Amazônia (Figura 02). No decorrer do Seminário foi apresentada e discutida a proposta metodológica do Programa Nacional de Formação de Educadores (as) Ambientais do Departamento de Educação Ambiental (DEA) / Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Projeto Coletivos Educadores para o Território Portal da Amazônia.

Figura 2. Reuniões com palestras e dinâmicas realizadas nos microterritórios.



Nos meses de abril a setembro de 2007 foram realizadas reuniões nos microterritórios para a elaboração, de forma participativa, do Projeto-Político-Pedagógico (PPP) de Educação Ambiental. O PPP do projeto trouxe no seu bojo as diretrizes do processo de formação (estado da arte, marco situacional, marco conceitual), o cardápio de aprendizagem, as orientações para as intervenções educacionais e a metodologia do trabalho. As reuniões participativas seguiram o preconiza O'Connor (2003), que afirma que:

qualquer que seja o caso, o que menos necessitamos é de fracionistas, sectarismo, linhas corretas – ao contrário, precisamos examinar criticamente todas as fórmulas políticas desgastadas pelo tempo e desenvolver um espírito ecumênico para celebrar nossos bens comuns, velhos e novos, tanto como nossas diferenças.

Ao término da meta 01 foi realizada a seleção do PAP 3 para a capacitação do agentes. A seleção buscou contemplar a diversidade social e territorial de cada Núcleo e o empreendedorismo dos educandos para o desenvolvimento de todas as atividades decorrentes do projeto.

Uma vez constituído os grupos dos Núcleos (PAP 3), houve um acompanhamento direto por membros do coletivo educador (PAP 2), visando a socialização, reflexão, discussão e articulação as ações dos educadores ambientais visando atender a demanda local nas questões sócio-econômico-ambientais. Os Coordenadores Locais ficaram responsáveis pela articulação visando a Arquitetura de Capilaridade, o imbricamento dos projetos de intervenção educacional e as necessidades comuns de formação que foram demandadas

ao Coletivo Educador, para o desenvolvimento de processos de intervenção educacional pelos educandos (PAP 3) na formação do (PAP 4).

No período de janeiro de 2009 a setembro de 2010 foram realizados os módulos de formação em cada Núcleo, seguindo os Cardápios de Aprendizagens pré-estabelecido. Os módulos (pratos) foram ministrados pelos próprios educadores e educandos, utilizando a pedagogia da alternância⁶.

Os cardápios foram organizados da seguinte forma nos Núcleos de Formação:

- **Microterritório de Alta Floresta:** I - Módulo: Educação em Informática com Ênfase na Elaboração de Projetos; II - Módulo: Elaboração de Projetos; III - Módulo: Leite Orgânico e Certificação Orgânica, Projeto de Prevenção a Dengue, Manejo de Pastagens, Projeto de Comercialização – Centro de Gestão Ambiental Integrada”, IV - Módulo: Saneamento Ambiental Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos”; V - Módulo: Gestão Ambiental Municipal, Programa Estadual de Educação Ambiental e Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentáveis, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, Legislação Ambiental”; VI - Módulo: Cadastro Ambiental Rural – CAR, Processo de Descentralização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Atribuições e Políticas Públicas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Arborização Urbana e Queimada Urbana, Educação no Campo na Perspectiva da Sustentabilidade, Educação Inclusiva; VII - Módulo: Ecoturismo.
- **Microterritório de Colíder:** I - Módulo: Agenda 21 e Unidade de Conservação; II - Módulo: Elaboração de Projetos, III - Módulo: Agricultura Familiar e Sistemas Agroflorestais – SAF’s; IV - Módulo: Resíduos Sólidos e Líquidos; V - Módulo: Diversidade Etnico-Racial, Associativismo e Cooperativismo, Unidade de Conservação e Educação Ambiental; VI - Módulo: Educação no Campo - Pedagogia de Alternância, Produção de Adubo Orgânico; VII - Módulo: Direito Ambiental, Educação Ambiental e o Papel da Escola e Família.
- **Microterritório de Garantá do Norte:** I - Módulo: Histórico da Educação Ambiental e Recuperação de Matas Ciliares; II - Módulo: Elaboração de Projetos e Recuperação de Área Degradada e Contaminada Pela Ação Garimpeira; III - Módulo: Educação Ambiental, Dimensão do Desenvolvimento Sustentável”; IV - Módulo: “Dia de Campo – Plantio de Mudas para Recuperação de Nascente – Comunidade Nossa Sra. de Fátima Linha Páscoa VI; Visitação de Área de Garimpo Recuperada – Linha do Sol – Comunidade Santa Lucia; Reorganização Rural e Associativismo; e Zoonoses; V - Módulo: Compostagem/ Adubo Orgânico e Resíduos Sólidos Urbanos; VI - Módulo: Implantação de Alternativas Sustentáveis para Agricultura Familiar e Biodiesel, Turismo, Trânsito e Meio Ambiente, Meio Ambiente e Sociedade Responsabilidade Sócio-Ambiental; VII - Módulo: Uso, Manejo e Conservação de Solos, Reflorestamento para Produção de Matéria Prima, para Indústria Madeireira, Manejo Florestal Sustentável.

⁶ A Pedagogia da Alternância consiste numa metodologia de organização do ensino que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional.

- **Microterritório de Nova Monte Verde:** I – Módulo: Agricultura Diversificada para Agricultura Familiar; II - Módulo: Olericultura Básica; III – Módulo: Elaboração de Projeto; - IV – Módulo: Uso Consciente de Agrotóxico; V – Módulo: Energia Vital: Água, Alimentação e Saúde, VI - Módulo: Transformação do Ambiente através da Arborização e Responsabilidade Social na Preservação; VII – Módulo: Piscicultura como Forma Alternativa de Alimentação e Renda. Apesar de apresentarem cardápios diferenciados, todos os Núcleos realizam 07 (sete) módulos presenciais de 16 horas cada, totalizando 112 horas.

Nesse mesmo período foi realizado junto as comunidades o processo de intervenção educacional tutorada, composta por pesquisa-ação, um diagnóstico e planejamento participativo junto aos atores da comunidade e a formação de educadores populares ambientais, formando assim o PAP 4 (educadores populares). As intervenções tiveram uma duração mínima de 12 meses e resultaram em uma carga horária mínima de 20 horas por mês (240 horas totais). Essa atividade possibilitou que o educando do Coletivo Educador exercesse o papel de multiplicador na comunidade em que ele está inserido.

No mês de dezembro de 2010 foi realizada uma oficina entre os Núcleos para divulgação, socialização e trocas de experiências, onde o Grupo Articulador e a Coordenação do Coletivo Educador juntamente com os representantes do PAP3 realizaram a avaliação do desenvolvimento da proposta em relação ao planejamento inicial do Projeto, visando readequá-lo. No entanto, foi decidido pela maioria que deveria se manter o planejamento inicial.

Etapas 3

Essa etapa consistiu na avaliação dos resultados do processo de formação a partir dos diferentes olhares, das instituições do Coletivo Educador (PAP 2), dos Formadores de Educadores Ambientais (PAP 3), dos Educadores Ambientais Populares (PAP 4) e de representantes dos diferentes setores e grupos sociais da região.

Foram apresentados os resultados do programa e avaliação coletiva junto aos educadores e demais atores sociais; planejamento de estratégias para continuidade e sustentabilidade do processo de formação e de sua ampliação e articulação entre Coletivos Educadores de diferentes regiões para formular diretrizes para Políticas Públicas de Formação de Educadores Ambientais.

Ao final da formação continuada obteve-se um total 106 Educadores Ambientais Populares e foram desenvolvidos 38 projetos de Intervenções Pedagógicas nos 4 polos participantes do projeto. Os resultados e impactos dos projetos nas comunidades foram apresentados na Reunião para a Avaliação Participativa e Planejamento da Continuidade e Ampliação do Programa realizada em dezembro de 2010 na Câmara de Vereadores de Alta Floresta-MT (Figura 3).

Figura 3. Reunião para a Avaliação Participativa e Planejamento da Continuidade e Ampliação do Programa: Foto A - Momento da composição da Mesa de Autoridades; Foto B - Educanda: Jordânia Dellatesta Jacinto do município de Colíder fazendo a apresentação do seu Projeto de Intervenção Pedagógica; Foto C - Educandos no momento da avaliação do Projeto e encerramento do Seminário do Coletivo Educador do Território Portal da Amazônia; Foto D - Mesa de Avaliação do Projeto e do Seminário do Coletivo Educador do Território Portal da Amazônia.



No Núcleo de Formação de Alta Floresta foram desenvolvidos 07 projetos, sendo eles: Oficinas de Educação Ambiental como elemento de inclusão dos alunos de escolas pública e particulares de Alta Floresta-MT, nas discussões globais sobre meio ambiente; Programa de Educação Ambiental para Escolas do Município de Novo Mundo-MT; Mais Educação; Uma abordagem às práticas simples de profilaxia para o controle de propagação do mosquito da dengue (*Aedes aegypti*); Viabilidade Econômica do Leite Orgânico do Município de Carlinda-Mato Grosso; Formas de Uso das Pastagens: Estudo de Caso das Propriedades Pertencentes aos Alunos que Fazem Parte do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra, localizado no P.A. São Pedro município de Paranaíta-MT; Percepção sobre Educação Ambiental e Soberania Alimentar: Olhar dos Alunos do Projovem Campo – Saberes e Fazeres da Terra – Projeto de Assentamento São Pedro, Município de Paranaíta-MT. A Produção de Enfeites Natalinos feito pelos Alunos do Ensino Médio da Escola João Paulo I com Garrafas Descartáveis e Estudo do Conhecimento sobre Interação das Crianças e Adolescente do Núcleo Habitacional “Meu Lar” de Paranaíta-MT com o Meio Ambiente.

No Núcleo de Colíder apresentou 10 trabalhos de intervenção das comunidades do Núcleo, tendo como temas principais os assentamentos rurais até as escolas e nascentes de rios. Os trabalhos desenvolvidos foram: A Importância da Educação Ambiental no

Contexto Escolar; Desenvolvimento de Horta Orgânica na Escola Municipal São Manuel Distrito de Colorado do Norte, Município de Nova Canaã do Norte-MT; O Processo de Compostagem: Projeto Piloto na Creche Criança Esperança; Reflorestamento do Córrego Assentamento Raimundo Vieira; Construção de uma Horta Escola da Comunidade São Sebastião do Morro; Educadores Jovens: Protagonismo Juvenil pelo (Des)envolvimento Socioambiental, Discussões e reflexões ambientais através do desenvolvimento de agenda 21 escolar no município de Marcelândia-MT – Escola Estadual Paulo Freire, SAF (Sistema Agroflorestal) e o Ensino da Matemática, Um Recurso Matemático e uma Alternativa na Renda Familiar dos Alunos da Escola Municipal Santa Rita do Norte, Implantação de Sistemas Agroflorestais para Recuperação de Nascentes do Município de Marcelândia-MT e Projeto de Implantação de Educação Ambiental para os Alunos das Escolas Curumim, Santa Terezinha e Castro Alves, da Rede Municipal de Ensino de Marcelândia-MT.

Com 10 trabalhos o Núcleo de Guarantã do Norte realizou as seguintes intervenções: Projeto de Desenvolvimento de Horta Medicinal no Centro de Educação de Jovens e Adultos Luiza Miotto Ferreira no Município de Matupá-MT, Plantio de Espécies Nativas para o Enriquecimento de um Fragmento de Floresta para Criação de um Bosque Municipal; Recuperação das Áreas de Preservação Permanente e Conscientização da População nas Comunidades do Município de Guarantã do Norte-MT; Sensibilização de Proprietários Rurais e Comunidade Guarantaense Sobre os Potenciais Turísticos da Região, visando a Prática do Ecoturismo, A Importância da Educação Ambiental na Comunidade Escolar Centro Municipal Educacional Darcy Ribeiro sobre Recuperação de Matas Ciliares, Recuperação de um Trecho do Rio Braço Sul, na Gleba Braço Sul, Linha Cachoeirinha no Município de Guarantã do Norte-MT; Produção de Adubo Orgânico com Fermentação Rápida Bokashi com Uso do (EM) na Escola Irany Jaime Farina no município de Guarantã do Norte-MT; Sensibilização da Comunidade Escolar da Escola Estadual André Antonio Maggi para Aproveitamento dos Resíduos de Óleo de Cozinha no Município de Novo Mundo-MT; Lixo o que fazer com ele?; Prevenção das Queimadas Urbanas; Avaliação do Conhecimento e Atitudes e Práticas em Relação à Prevenção de Dengue na População do Bairro Mãe de Deus no Município de Peixoto de Azevedo-MT.

Tendo apresentado 09 trabalhos, o Núcleo de Nova Monte Verde encerrou as apresentações com as seguintes intervenções: Projeto Aula de Biodiversidade na Escola Estadual Portal da Amazônia; Uso Consciente de Agrotóxicos em Lavouras de Café; Produção de Hortaliças Orgânica em Nova Bandeirantes-MT; Sistemas Organizacionais da Administração Rural; Recuperação da Nascente Fonte Nova no Município de Nova Monte Verde-MT; Agricultura Diversificada no Distrito de São José do Apuy; Agricultura Familiar; Qualidade da Água no Setor Nova Esperança no Município de Nova Monte Verde-MT e Utilização dos Recursos Hídricos no Bairro Terra Prometida no município de Nova Monte Verde-MT

Segundo Ferraro (2007),

o papel de um Coletivo Educador é promover a articulação de políticas públicas, reflexões críticas, aprofundamento conceitual, instrumentalização para a ação, proatividade dos seus participantes e articulação institucional, visando a continuidade e sinergia de processos de aprendizagem de modo a percolar, de forma permanente todo o tecido social do território estipulado.

A dificuldade encontrada na realização do programa foi a distância existente entre os municípios e o município sede do Núcleo de Formação, bem como estradas em péssimas condições em época de chuva na região, o que em alguns encontros comprometeu a participação dos membros dos Coletivos Educadores do Núcleo de Formação de Colíder e de Nova Monte Verde.

Esses entraves foram superados através de contato telefônico no momento dos encontros, para verificar se os representantes daquele município tinham realizado as atividades às quais haviam se comprometido nos encontros anteriores; posteriormente eles enviaram por e-mail o material solicitado e sendo feita socialização dos temas trabalhos através do blog <http://coletivoseducadores2008.blogspot.com>.

Conclusão

Os resultados positivos obtidos durante o Coletivos Educadores no Portal da Amazônia foram a constituição do Coletivo Educador; a internalização da proposta nas instituições integrantes do Coletivo Educador e articulação progressiva com outras instituições que atuam no âmbito do território e dos microterritórios; a criação das bases jurídicas necessárias para firmar as parcerias instituídas e a certificação dos educandos; elaboração de um Projeto-Político-Pedagógico de Educação Ambiental produzido para o território definido e um plano amplo de comunicação social implementado, objetivando informar a população do território sobre o processo de formação e motivar lideranças e educadores.

Também: a constituição de grupos microterritoriais de socialização, reflexão, discussão e articulação de educadores ambientais com acompanhamento de um membro do Coletivo Educador; o desenvolvimento, pelo Coletivo, de um processo de Formação de Educadores Ambientais; a realização, pelos diferentes sujeitos do processo de formação, de um detalhamento por microterritório, do mapeamento realizado na fase I; o fortalecimento e articulação de foros e coletivos, municipais e regionais, pertinentes às questões socioambientais; o desenvolvimento de processos de formação por meio de espaços e estruturas educadoras; elaboração de uma plano de Educomunicação em processo de implementação; confecção de material de apoio pedagógico elaborado; o desenvolvimento de processos de intervenção educacional pelos educandos (PAP 3) na formação do PAP 4; a divulgação, socialização e troca de experiências e a avaliação Preliminar e readequação da proposta foram os resultados obtidos na segunda etapa do Coletivos Educadores.

Até o ano de 2012 todos os projetos iniciados estavam em andamento e as próximas atividades do programa a serem realizadas no biênio de 2013/14 será a avaliação da intervenção do PAP 3, o grau de fortalecimento do PAP 4 e se ocorreu a formação do PAP 5 no microterritórios atendidos pelo programa.

REFERENCIAS

AVANZI, M.R.; MALAGODI, M. **Comunidades interpretativas**. In. FERRARO JUNIOR, L.A. (Org.) *Encontros e Caminhos: Formação de educadoras(es) e coletivos educadores*. Brasília: Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BRANDÃO, C.R. (Org.). **Pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981

FERRARO, L. A. J.: **Encontros e Caminhos: Formação de Educadores Ambientais e Coletivos Educadores**. V I. Brasília: MMA, Diretoria de Educação ambiental, 2005.

FERRARO, L. A. J.: **Encontros e Caminhos: Formação de Educadores Ambientais e Coletivos Educadores**. V II. Brasília: MMA, Diretoria de Educação ambiental, 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva - por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1998.

MORAES, A. P. de. **Educação patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural**, 2005. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf>. Acesso em 25 de fevereiro de 2013.

NEGREIROS, L. P.; FAÇANHA, T. G.; BEZERRA-FRANÇA, I. F. Processo de constituição e desenvolvimento das metas do programa de formação continuada Coletivo Educador Samaúma - Baixo Acre e Purus. **Educação Ambiental em Ação**, nº34, 2010. Disponível em: <www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=946&class=21>. Acesso em 01 de fevereiro de 2013.

O'CONNOR, J. **Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, H. (Comp.). Ecología política: naturaleza, sociedad y utopia**. 1. ed. 1. reimp. Buenos Aires: CLACSO, p. 27-52, 2003.

SANTOS, B. de S. **Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado**. In: PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Orgs.) *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Unesp, 1999.

SORRENTINO, M; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P; FERRARO JUNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005

VIEZZER, M. **Depende de nós – Atores Sociais que interferem no Ambiente e qualidade de Vida**, Escola Parque – Parque Nacional do Iguaçu, IBAMA, 2005.

XENES, M. B. B.; ZAKRZEWSKI, S. B.B e DECIAN. V. D. Coletivo educador do alto Uruguai gaúcho: por uma educação ambiental permanente, participativa e continuada. **Revista Eletrônica de Extensão da URI**. v.5, n.7. mai. 2009. p. 28-35.

Artigo recebido em:
01/03/2013

Aceito para publicação
em: 17/04/2013